

Autópsia da saúde Pública

21 JAN 1994

ARMANDO RAGGIO

JORNAL DE BRASÍLIA

Não é mais possível calar!

É preciso que os fatos sejam examinados até a medula, e que a verdade, autopsiada, finalmente mostre à luz do dia sua face limpa.

Meias verdades distorcem permanentemente a realidade do dia-a-dia e, principalmente através da televisão, a população constrói seu pensar a respeito do Sistema Único de Saúde (SUS) no País.

A orquestra parece bem afinada, enquanto a mídia mostra o sistema público de Saúde em falência (sem elucidar, evidentemente, as causas dessa situação crítica), multiplicam-se os anúncios de seguros de Saúde milagrosos, capazes de, num passe de mágica, trazerem a tranquilidade à família brasileira.

Vejamos alguns números:

Absurdamente, enquanto a população do País cresce e empobrece, os recursos federais para a Saúde minguam: em 1987, tivemos um investimento de 10,92 bilhões de dólares aplicados na área da Saúde, valor que, em 1988, baixou para 9,98 bilhões e que em 89 subiu para 11,26; daí para a frente, veio uma queda brutal: em 90, para 9,53 bilhões, em 91 para 7,92 e em 92 para 6,63 bilhões de dólares, quase a metade do aplicado em 89. Isto deu por habitante/ano, no Brasil: em 87, 80,3; em 88, 72,1; em 89, 79,7; em 90, 65,9; em 91, 53,9; em 92, 33,3 e em 93, 40,0 dólares/ano por pessoa, exatamente a metade do aplicado em 87.

É um escândalo! Em 1987 o investimento era insuficiente. Somando-se os recursos federais, estaduais e municipais, gastamos 80 dólares ao ano por brasileiro em 1993.

Basta saber que países em situação assemelhada ao nosso em termos de desenvolvimento investem de 200 a 500 dólares per capita, e que, nos Estados Unidos, esse valor gira em torno de 3.250

dólares/habitante/ano.

A comparação é importante. Mostra o nível de miséria que ronda o setor Saúde após ter promovido mobilização nacional para inserir na Constituição Federal princípios como a universalização do atendimento e a equidade nos procedimentos.

A linha mestra que orienta toda a lógica do setor — ver em cada indivíduo um cidadão a ser tratado com dignidade — está partida.

Não há mais como manter os hospitais, pagar as faturas dos serviços prestados, remunerar adequadamente os profissionais, manter os equipamentos, adquirir medicamentos básicos e material de consumo.

É o caos.

Caos implantado em meio a um processo de mudança já em si difícil, que envolve municipalização, a criação do Sistema Único de Saúde em seus três níveis e a gestão desse sistema.

Para 1994 as perspectivas são as piores possíveis: orçamento cortado; Cofins, depositado em juízo, sumido misteriosamente; fonte de recursos indefinida — talvez em março seja criado o Fundo Social de Emergência (FSE).

O ministro da Saúde, Henrique Satillo, afirmou: "O corte destroça a área de Saúde. Há um gasto estimado de sete bilhões somente para a manutenção do SUS". (O Estado de S. Paulo, 19/12/93). O orçamento destinado ao Ministério da Saúde, para 1994, é de 3,5 bilhões de dólares, exatamente a metade.

Neste mesmo dia, na Folha de S. Paulo, o jornalista Aloysio Biondi faz lúcidos comentários em artigo intitulado: Assalto contra a classe média e o povão. Desvenda o desgastado chavão "privatização do Estado", traduzindo-o para o bom português, "desde a ditadura, o Estado passou a ser saqueado

pelos setores empresariais... medidas de política econômica, com toda a aparência de honestidade, desviam trilhões de cruzeiros do Estado, da classe média, do povão".

Ainda Biondi: "Grupos privados passaram a usar o dinheiro do estado como se fosse deles, não pertencesse à sociedade. E isto é feito graças a ministros, burocratas, economistas, governantes que fazem leis, portarias, decretos, medidas provisórias para beneficiá-los. Raramente a sociedade brasileira entende isto. Raramente ela entende que há uma campanha hipócrita no País, tentando atribuir todos os males do Estado à pretensa ineficiência (que até existe...) da máquina do Governo".

Como exemplo desse saque, Biondi cita a permissão, dada pelo ministro da Fazenda, para o pagamento parcelado em 80 meses da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), com multa indecentemente baixa de 20% e juros de apenas 1% ao mês. "Imposto destinado exatamente à manutenção da rede hospitalar, programas de Saúde, combate à fome e outros projetos da área social".

Se honestamente repassado ao setor Saúde, o recurso da Cofins poderia suplantiar o sucateamento da rede pública através de reformas e aquisição de equipamentos. Ao invés disso, a Saúde aparece ao público, através do enfoque distorcido da mídia e reforçado por declarações do ministro Fernando Henrique Cardoso, como a grande vilã da história. Ineficiente e gastadora.

É preciso deixar bem claro que temos sido roubados sistematicamente há anos.

Não podemos perder a capacidade de indignação. Só o inconformismo com as injustiças nos faz cidadãos de verdade.

■ Armando Raggio é secretário municipal de Saúde de Curitiba